



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever as respostas das questões discursivas, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 5 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 4, considere o texto abaixo.

1 Na Inglaterra dos períodos Tudor e Stuart, a visão tradicional era a de que o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades. Tal pressuposto fundamenta as ações dessa ampla maioria de homens que nunca pararam um instante para refletir sobre a questão. Entretanto, os teólogos e intelectuais que sentissem a necessidade de justificá-lo podiam apelar prontamente para os filósofos clássicos e a Bíblia. A natureza não fez nada em vão, disse Aristóteles, e tudo teve um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens. Os animais domésticos existiam para labutar, os selvagens para serem caçados. Os estoicos tinham ensinado a mesma coisa: a natureza existia unicamente para servir aos interesses humanos.

Foi nesse espírito que os comentadores Tudor interpretaram o relato bíblico da criação. [...]

20 *É difícil, hoje em dia, ter noção do empolgante espírito antropocêntrico com que os pregadores das dinastias Tudor e Stuart interpretavam a história bíblica.*

(Thomas Keith. **O homem e o mundo natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 21-22)

1. No excerto, o autor concebe a *visão tradicional* como
- (A) uma interpretação que entende o homem como uma dentre várias espécies, o que implica isonomia entre elas.
 - (B) uma concepção característica do espírito e cultura dos ingleses, sem nenhuma restrição temporal.
 - (C) um ponto de vista circunstancial necessário, que permitiu ao homem provar sua superioridade sobre os animais.
 - (D) uma percepção equivocada, pois pensadores que tentaram entendê-la não achavam suporte nas culturas que lhes eram contemporâneas.
 - (E) uma suposição tomada como verdadeira e não submetida a análise crítica por aqueles que nela alicerçavam sua prática.

2. *É difícil, hoje em dia, ter noção do empolgante espírito antropocêntrico com que os pregadores das dinastias Tudor e Stuart interpretavam a história bíblica.*

Entende-se corretamente do acima transcrito, considerado em seu contexto, que

- (A) a contemporaneidade não propicia sensações de arrebatamento de nenhuma ordem.
- (B) a grande dificuldade dos dias atuais é aceitar com isenção de ânimo a palavra de pregadores de uma doutrina.
- (C) a interpretação da Bíblia pelos pregadores das dinastias Tudor e Stuart é difícil de ser compreendida atualmente, em função dos elevados conhecimentos desses religiosos.
- (D) os pregadores das dinastias Tudor e Stuart tinham a fervorosa crença, hoje dificilmente compreensível, de que o ser humano é o núcleo em torno do qual estão dispostas todas as coisas.
- (E) o homem moderno não pode sequer imaginar como eram cheias de empolgação as pregações no tempo dos Tudor e dos Stuart, dada a centralidade do cultivo do espírito.

3. A forma verbal que exprime acontecimento passado anterior a outro igualmente passado é encontrada no segmento:

- (A) *o mundo fora criado para o bem do homem.*
- (B) *as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades.*
- (C) *nunca pararam um instante.*
- (D) *os teólogos e intelectuais [...] podiam apelar prontamente para os filósofos clássicos e a Bíblia.*
- (E) *tudo teve um propósito.*

4. O texto legitima a seguinte afirmação:

- (A) Em *as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos* (linhas 3 e 4), a substituição do segmento destacado por “haviām de se subordinar” mantém o sentido de inevitabilidade e a correção originais.
- (B) Os segmentos *para refletir sobre a questão* (linhas 6 e 7) e *para os filósofos clássicos e a Bíblia* (linha 9) exercem a mesma função sintática.
- (C) De modo a preservar a correção e o sentido originais, a redação alternativa para elidir a dupla negação em *A natureza não fez nada em vão* (linhas 9 e 10) é “A natureza fez tudo com gratuidade”.
- (D) Em *É difícil, hoje em dia, ter noção do empolgante espírito antropocêntrico* (linhas 19 e 20), a retirada da vírgula depois de *É difícil*, sem outra alteração, manteria a correção original.
- (E) Os dois-pontos (linha 14) introduzem uma citação literal dos estoicos.



Atenção: Para responder às questões de números 5 a 11, leia o editorial abaixo.

1 *Embora um conflito armado não seja do interesse de nenhuma das partes envolvidas na longa disputa entre as duas Coreias, são imprevisíveis as consequências da escalada de hostilidades entre os dois países nos últimos dias.*

5 *Os primeiros movimentos sul-coreanos foram cautelosos. Após ter um navio de guerra atacado por torpedos, em março, o país não respondeu de imediato ao que se afigurava como o mais audacioso ato de hostilidade do vizinho em mais de duas décadas.*

10 *Investigadores internacionais foram chamados a avaliar o episódio – e determinaram, após longa perícia, que um submarino norte-coreano havia sido o responsável pelos disparos.*

15 *A prudência da Coreia do Sul e de seu principal aliado, os EUA, é compreensível. São preocupantes as consequências de um conflito aberto com o decrépito regime do ditador comunista Kim Jong-il, que realizou, nos últimos anos, testes balísticos e nucleares.*

20 *Para os norte-americanos, que ainda têm batalhas a travar no Afeganistão e mantêm tropas no Iraque, não faz sentido abrir uma nova frente de combate na Ásia. Há ainda o fato de que a capital sul-coreana, Seul, fica próxima à fronteira, e essa situação de vulnerabilidade desaconselha uma aventura militar contra o norte.*

25 *Compelido a responder ao ataque, o governo sul-coreano suspendeu o que restava da política de reaproximação com o país vizinho – intensificada na última década, mas já alvo de restrições na Presidência do conservador Lee Myung-bak. Cortou o comércio com o norte da península e voltou a classificar Pyongyang como o seu "principal inimigo".*

30 *Em resposta, a Coreia do Norte interrompeu comunicações com o vizinho e expulsou sul-coreanos do complexo industrial de Kaesong, mantido pelas duas nações no território comunista. É um retrocesso a lamen-*

tar, já que interesses econômicos comuns e troca de informações, por pequenos que sejam, podem ajudar na prevenção de conflitos armados.

40 *Nesse cenário em que os atores envolvidos não são capazes de entender os movimentos e as intenções do rival, os processos de hostilidade mútua podem se tornar incontroláveis.*

45 *Mesmo que o imbróglio não tenha consequências graves, ele chama a atenção para o imprevisível desenlace da lenta derrocada do regime comunista de Pyongyang, uma herança anacrônica dos tempos da Guerra Fria.*

(Folha de S. Paulo. A2 opinião, quarta-feira, 26 de maio de 2010)

5. Considerado o principal tema abordado no texto, o título mais adequado para o editorial é:

- (A) Os EUA e a Coreia do Sul.
- (B) Coreia contra Coreia.
- (C) Sanções comerciais em tempos de conflito.
- (D) Avaliações internacionais em países asiáticos.
- (E) Interesses comuns no incentivo a conflitos armados.

6. É correto afirmar que o editorial

- (A) critica severamente países que lançam mão de retaliações comerciais para ameaçar outros países, concretizando essa ideia por meio do caso típico de países asiáticos vizinhos.
- (B) defende respostas prudentes dos países a ofensas inimigas, como arma para darem, a organismos internacionais, oportunidade de avaliarem as reais condições dos potenciais beligerantes.
- (C) chama a atenção para o fato de que a Coreia do Sul, em atendimento aos interesses dos Estados Unidos, deve retardar o quanto possível o fatal enfrentamento com a Coreia do Norte.
- (D) adverte sobre a possibilidade de um conflito armado entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte, como decorrência do aumento progressivo da agressividade entre esses dois países.
- (E) analisa os principais entraves dos países que fazem fronteira, quando reconhecem um ao outro como o "principal inimigo", e propõe, com bastante isenção, meios para serem vencidas as vulnerabilidades decorrentes da vizinhança.



7. No processo argumentativo, pode ser corretamente entendido como expressão de uma circunstância de tempo o seguinte segmento:
- (A) *Investigadores internacionais foram chamados a avaliar o episódio* (linhas 11 e 12).
- (B) *Há ainda o fato de que a capital sul-coreana, Seul, fica próxima à fronteira* (linhas 23 e 24).
- (C) *Compelido a responder ao ataque* (linha 26).
- (D) *voltou a classificar Pyongyang como o seu "principal inimigo"* (linhas 31 e 32).
- (E) *expulsou sul-coreanos do complexo industrial de Kaesong* (linhas 34 e 35).
-
8. Sempre levando em conta o contexto, é correto afirmar:
- (A) A conjunção *Embora* (linha 1) equivale a “na medida em que”.
- (B) A expressão *Após ter* (linha 7) pode ser substituída por “Tendo tido”, sem prejuízo do sentido original.
- (C) Em *ao que se afigurava como o mais audacioso ato de hostilidade do vizinho em mais de duas décadas* (linhas 8 a 10), tem-se uma avaliação que compara um ato (I) a outro específico anteriormente realizado (II), evidenciando a superioridade de (I).
- (D) Em *A prudência da Coreia do Sul e de seu principal aliado, os EUA, é compreensível* (linhas 15 e 16), se o que está em destaque for substituído por “As atitudes oportunas” nenhuma outra alteração será necessária para se manter a correção original.
- (E) A frase *que realizou, nos últimos anos, testes balísticos e nucleares* (linhas 18 e 19) define melhor o antecedente não bem delimitado, como ocorre em “A pessoa que se esforça vence”.
-
9. ... a Coreia do Norte interrompeu comunicações com o vizinho ...
- Transpondo a frase acima para a voz passiva, a forma verbal corretamente obtida é:
- (A) *tinha interrompido*.
- (B) *foram interrompidas*.
- (C) *fora interrompido*.
- (D) *havia sido interrompidas*.
- (E) *haveriam de ser interrompidas*.
-
10. *Nesse cenário em que os atores envolvidos não são capazes de entender os movimentos e as intenções do rival, os processos de hostilidade mútua podem se tornar incontroláveis.*
- Outra formulação para o segmento destacado acima, que, considerado o contexto, lhe seja equivalente e mantenha a clareza e correção originais é:
- (A) os processos de hostilidade um pelo outro podem tornar-se incontroláveis.
- (B) os processos de hostilidade de parte à parte podem se tornarem incontroláveis.
- (C) os processos de hostilidade que uns países têm pelos outros podem se tornar incontroláveis.
- (D) os processos de hostilidade acionados de forma alternada podem se tornar incontroláveis.
- (E) os processos de hostilidade entre eles respondendo-se podem se tornar incontroláveis.
-
11. Considerado o padrão culto escrito, a substituição que mantém a correção original do segmento é a de
- (A) *um submarino norte-coreano havia sido o responsável pelos disparos por* “submarinos norte-coreanos havia sido os responsáveis pelos disparos”.
- (B) *mantido pelas duas nações por* “mantido por ambas as nações”.
- (C) *Nesse cenário em que os atores envolvidos não são capazes de entender os movimentos por* “Nesse cenário cujos os atores envolvidos não são capazes de entender os movimentos”.
- (D) *Mesmo que o imbróglgio não tenha consequências graves por* “A despeito do imbróglgio não ter consequências graves”.
- (E) *chama a atenção para o imprevisível desenlace por* “chama a atenção para o que concerne o imprevisível desenlace”.
-
12. A frase em que a palavra destacada está empregada de modo **equivocado** é:
- (A) Inerme diante da ofensiva tão violenta, não lhe restou nada a fazer senão render-se.
- (B) Há quem proscruva construções linguísticas de cunho popular.
- (C) Fui informado do diferimento da reunião em que o fato seria analisado.
- (D) A descriminalização de algumas drogas é questão polêmica.
- (E) A flagrância do perfume inebriava a todos os convidados.



13. A frase que respeita totalmente o padrão culto escrito é:

- (A) De dissensões entre mentes lúcidas e independentes não se deve temer, porquanto o debate, ao suscitar reflexão, traz luz a questões controversas.
- (B) Consta naquele livro já bastante saudado pela crítica os nomes de vários integrantes de movimentos de resistência ao regime ditatorial.
- (C) O eminente orador enrubeceu quando arguido sobre sua anuência ao polêmico pacto, mas quiz se mostrar seguro de si e respondeu-lhe de imediato.
- (D) Esse exercício indicado pelos assessores do preparador físico é eficaz para intumescer alguns músculos, mas se mostra de efeito irrisório se mau realizado.
- (E) Havia excesso de material a ser expedido, por isso as folhas mandadas à última hora, apesar do empenho, não coube no malote.

14. Está totalmente em conformidade com o padrão culto escrito a seguinte frase:

- (A) A inserção do adolescente no grupo deveu-se ao coordenador, cuja experiência todos tiraram proveito, mesmo quando supuseram que ele ignorava o clima de apreensão.
- (B) Sei que sou eu que sempre medio o debate, mas dessa vez declino da responsabilidade: é com revezamento de obrigações que se pode descobrir lideranças.
- (C) Interpondo recurso, ele procurou desagrar-se da afronta que atribuiu às palavras do juiz em sua sentença, contra a qual a instância superior não hesitou em se pronunciar.
- (D) Dados como esses obtidos em recente pesquisa, sem dúvida permite que se os interpretem sob dupla perspectiva: a dos cidadãos e também do filósofo.
- (E) O fato e esse advogado que representa a autora da ação parecem ter sido feito um para o outro; mais: o operador do direito age com proficiência e ela, nele crê cegamente.

15. A frase em total concordância com o padrão culto escrito é:

- (A) Dirigimo-nos a V.Sa. para solicitar que, em vossa apreciação do documento, haja bastante precisão quanto aos pontos que quereis ver alterados.
- (B) Senhor Ministro, sabemos todos que Vossa Excelência jamais fizestes referência desairosa ao poder legislativo, mas desejamos pedir-lhe que desfaça o mal-entendido.
- (C) Ao encontrar-se com Sua Magnificência, não se conteve: – Senhor Reitor, sou o mais novo membro do corpo docente e vos peço um minuto de sua atenção.
- (D) Assim que terminou a cerimônia, disse à Sua Santidade: – Ponho-me a vossa disposição se acaso deseje mandar uma mensagem ao povo brasileiro.
- (E) Entendemos que V.Exa. necessita de mais dados sobre a questão em debate e, assim, lhe pedimos que nos conceda um prazo para que o documento seja mais bem elaborado.

Noções de Informática

16. O Windows XP é um sistema operacional que possibilita ao processador de um computador processar as informações utilizando somente

- (A) 32 ou 64 bits.
- (B) 64 ou 128 bits.
- (C) 32 bits.
- (D) 64 bits.
- (E) 128 bits.

17. A *web* permite que cada documento na rede tenha um endereço único, indicando os nomes do arquivo, diretório e servidor, bem como o método pelo qual ele deve ser requisitado. Esse endereço é chamado de

- (A) DNS.
- (B) FTP.
- (C) TCP/IP.
- (D) URL.
- (E) IMAP.

18. O sistema operacional precisa apresentar a cada usuário uma interface que aceita, interpreta e então executa comandos ou programas do usuário. Essa interface é genericamente chamada de

- (A) BATCH.
- (B) SHELL.
- (C) PROMPT.
- (D) NÚCLEO.
- (E) SCRIPT.

19. No sistema operacional Windows XP, a sigla ICS significa:

- (A) *Internet Connection Software.*
- (B) *Internet Command Sharing.*
- (C) *Information Connection Software.*
- (D) *Information Command Software.*
- (E) *Internet Connection Sharing.*

20. O computador de um provedor de acesso à Internet (ISP), encarregado de enviar as mensagens aos provedores de destino é um servidor

- (A) PROXY.
- (B) WEBMAIL.
- (C) DNS.
- (D) SMTP.
- (E) POP3.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. O juiz oriundo da classe dos advogados com notável saber jurídico e idoneidade moral integrante de Tribunal Regional Eleitoral
- (A) não poderá ser eleito para os cargos de Presidente ou Vice-Presidente desse Tribunal.
 - (B) servirá, salvo motivo justificado, no mínimo por dois anos, não podendo ser reconduzido ao cargo no biênio seguinte.
 - (C) não poderá ser eleito para o cargo de Presidente desse Tribunal, apenas para o de Vice-Presidente.
 - (D) não gozará, no exercício de suas funções, de plenas garantias, nem será inamovível.
 - (E) poderá ser eleito para o cargo de Vice-Presidente desse Tribunal, mas não para o cargo de Presidente.
-
22. A respeito do alistamento e do título eleitoral, considere:
- I. A certidão de nascimento ou casamento extraída do Registro Civil não é documento hábil para fins de alistamento.
 - II. O título eleitoral prova, a qualquer tempo, a quitação do eleitor para com a Justiça Eleitoral.
 - III. Nas hipóteses de alistamento, transferência, revisão e segunda via, a data de emissão do título será a de preenchimento do requerimento.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) III.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) II.
-
23. A respeito da fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos, é INCORRETO afirmar:
- (A) No caso de incorporação, observada a lei civil, caberá ao partido incorporando deliberar por maioria absoluta de votos, em seu órgão nacional de deliberação, sobre a adoção do estatuto e do programa de outra agremiação.
 - (B) Na hipótese de fusão, a existência legal do novo partido tem início com o registro do estatuto e do programa no Tribunal Superior Eleitoral, através de requerimento acompanhado das atas das decisões dos órgãos competentes.
 - (C) No caso de incorporação, adotados o estatuto e o programa do partido incorporador, realizar-se-á, em reunião conjunta dos órgãos nacionais de deliberação, a eleição do novo órgão de direção nacional.
 - (D) Os órgãos nacionais de deliberação dos partidos em processo de fusão votarão em reunião conjunta, por maioria absoluta, os projetos, e elegerão o órgão de direção nacional que promoverá o registro do novo partido.
 - (E) No caso de fusão de dois ou mais partidos políticos, os órgãos de direção dos partidos em processo de fusão elaborarão projetos comuns de estatuto e programa.
-
24. No que concerne às finanças e à contabilidade dos partidos políticos, quanto à prestação de contas, é certo que:
- (A) Em razão do sigilo, a Justiça Eleitoral não poderá determinar diligências necessárias à complementação de informações relativas às contas dos órgãos de direção partidária ou de candidatos.
 - (B) A falta de prestação de contas não implica em suspensão de novas cotas do Fundo Partidário.
 - (C) Os partidos políticos são obrigados a conservar a documentação comprobatória de suas prestações de contas por prazo não inferior a cinco anos.
 - (D) Um partido político não pode examinar, nem impugnar, na Justiça Eleitoral, as prestações de contas mensais ou anuais de outros partidos.
 - (E) Os balanços não precisarão, por tratar-se de questão interna, indicar a origem e o valor das contribuições e doações.
-
25. Considera-se propaganda eleitoral antecipada a
- (A) divulgação de debates legislativos, desde que não mencione a possível candidatura, ou se faça pedido de votos ou de apoio eleitoral.
 - (B) realização de prévias partidárias e sua divulgação pelos instrumentos de comunicação intrapartidária.
 - (C) participação de pré-candidatos em entrevistas no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, desde que não haja pedido de votos e tratamento isonômico.
 - (D) divulgação de atos de parlamentares, mencionando a possível candidatura, sem formulação de pedido de votos ou de apoio eleitoral.
 - (E) realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e às expensas dos partidos políticos, para tratar de alianças partidárias visando às eleições.



26. A partir de 1^o de julho do ano da eleição, é permitido às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário,
- (A) difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes.
 - (B) transmitir imagens de realização de pesquisa em que haja manipulação de dados.
 - (C) veicular filmes, novelas ou minisséries com crítica a candidato ou partido, mesmo que dissimuladamente.
 - (D) transmitir imagens de realização de pesquisa em que seja possível identificar o entrevistado.
 - (E) veicular programas jornalísticos com alusão a candidato ou partido político.
-
27. No caso de direito de resposta relativo a ofensa veiculada em propaganda eleitoral na internet, deferido o pedido, a divulgação da resposta dar-se-á no mesmo veículo, espaço, local, horário, página eletrônica, tamanho, caracteres e outros elementos de realce usados na ofensa, em até
- (A) 24 horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido e ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo igual ao que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.
 - (B) 48 horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido e ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo não inferior ao dobro em que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.
 - (C) 72 horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido e ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo não inferior ao dobro em que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.
 - (D) 48 horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido e ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo igual ao que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.
 - (E) 72 horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido e ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo igual ao que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.
-
28. A respeito do Sistema Eletrônico e da Totalização dos Votos, considere:
- I. A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, em seguida, os referentes às eleições majoritárias.
 - II. A urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto, bem como a identificação do eleitor da urna em que foi registrado.
 - III. A urna eletrônica, ao final da eleição, procederá à assinatura digital do arquivo de votos, com aplicação do registro de horário e do arquivo do boletim de urna, de maneira a impedir a substituição de votos e a alteração dos registros dos termos de início e término da votação.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I e III.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) II.
 - (E) III.
-
29. Inclui-se dentre as condutas proibidas aos agentes públicos
- (A) efetuar, nos três meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos, nomeação para cargos do Poder Judiciário e do Ministério Público.
 - (B) usar os serviços de servidor público para comitês de campanha eleitoral de candidato, mesmo se o servidor estiver licenciado.
 - (C) usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.
 - (D) efetuar, nos três meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos, a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo.
 - (E) ceder bens imóveis pertencentes à administração direta do Município para a realização de convenção partidária.
-
30. É permitida na campanha eleitoral
- (A) o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata no dia da eleição.
 - (B) a distribuição de cestas básicas a eleitores, por comitê, candidato, ou com a sua autorização.
 - (C) a propaganda eleitoral por meio de *outdoors*, com local e espaço dividido entre os partidos políticos.
 - (D) a realização de *showmício* para a promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício.
 - (E) a realização de carreata até as vinte e duas horas do dia que antecede a eleição.



31. No que se refere à Administração Pública é certo que
- (A) os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário, em razão das limitações de seu exercício, poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
 - (B) ao servidor público civil é garantido o direito de greve, nos termos definidos pelo ato administrativo, assim como à livre associação, mas não de natureza sindical.
 - (C) o decreto pode estabelecer os casos de contratação por tempo determinado para atender necessidades temporárias ou permanentes.
 - (D) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
 - (E) a proibição de acumular cargos ou funções públicas não abrange os empregos nas sociedades de economia mista e nas empresas públicas.
-
32. Dentre outras, NÃO é competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal, de regra, legislar sobre
- (A) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
 - (B) regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial.
 - (C) criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.
 - (D) educação, cultura, ensino, desporto, defesa do solo e dos recursos naturais.
 - (E) previdência social, proteção e defesa da saúde, caça, pesca e fauna.
-
33. Em matéria de direitos e garantias fundamentais assinale a alternativa correta.
- (A) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de dez dias, contados da posse, instruída a ação com as provas apontadas pelo autor.
 - (B) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa a residência por dois anos, idoneidade e emprego fixo.
 - (C) A sucessão de bens estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cuius*.
 - (D) Os partidos políticos adquirem a personalidade jurídica, na forma da lei eleitoral, devendo efetivar o registro dos respectivos estatutos junto ao Tribunal Regional Eleitoral competente.
 - (E) Nas empresas com mais de cento e cinquenta empregados é assegurada a eleição de dois representantes com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
-
34. Dentre outros preceitos que devem ser atendidos pelas Leis Orgânicas Municipais encontra-se o da
- (A) cooperação das associações representativas no planejamento municipal e organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal.
 - (B) iniciativa popular de projetos de lei de interesse geral do Município, através de manifestações de pelo menos três por cento do eleitorado.
 - (C) inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos, tanto no exercício do mandato como fora dele e na circunscrição do respectivo Estado.
 - (D) fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais mediante lei de iniciativa da Assembleia Legislativa do respectivo Estado ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
 - (E) limitação da despesa com a remuneração dos Vereadores que não poderá ultrapassar o montante de sete por cento da receita do Município.
-
35. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos,
- (A) proporcionalmente ao número de eleitores.
 - (B) proporcionalmente à população.
 - (C) na sua totalidade nos Estados e proporcional no Distrito Federal.
 - (D) alternadamente, por um quarto e metade.
 - (E) alternadamente, por um e dois terços.
-
36. É correto afirmar que, dentre outras atribuições, compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre
- (A) autorização das operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
 - (B) aprovação do estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
 - (C) a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
 - (D) a fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas.
 - (E) limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.



37. A autorização para instaurar processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado, compete privativamente
- (A) ao Senado Federal, por votação secreta da maioria simples de seus membros.
 - (B) à Câmara dos Deputados, mediante votação por dois terços de seus membros.
 - (C) ao Congresso Nacional, através de votação por maioria absoluta de seus membros.
 - (D) ao Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República.
 - (E) ao Conselho Nacional de Justiça, mediante representação do Presidente do Supremo Tribunal Federal, com prévia manifestação do Procurador-Geral da República.

38. Quanto à matéria de incompatibilidades dos Deputados e Senadores analise:
- I. Não poderão, desde a expedição do diploma, ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
 - II. Não poderão, desde a posse, firmar ou manter qualquer espécie de contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.
 - III. Não poderão, desde a posse, ser titulares de mais de um cargo ou mandato eletivo.
 - IV. Não perderá o mandato quando investido no cargo, entre outros, de Secretário de Estado e de Prefeitura de Capital.

Nesses casos, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) III e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I, II e IV.
39. Considere as seguintes assertivas a respeito do Inadimplemento das Obrigações:
- I. Nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que executou o ato de que se devia abster.
 - II. Em regra, o devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso.
 - III. A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, não pode referir-se à inexecução completa da obrigação.
 - IV. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor.
- De acordo com o Código Civil está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I, II e IV.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) II e IV.

40. Se, na venda de um imóvel, se estipular o preço por medida de extensão, ou se determinar a respectiva área, e esta não corresponder, em qualquer dos casos, às dimensões dadas, o comprador terá o direito de exigir o complemento da área, e, não sendo isso possível, o de reclamar
- (A) apenas a resolução do contrato, decaindo do direito de propor a respectiva ação no prazo de um ano a contar do registro do título.
 - (B) a resolução do contrato ou abatimento proporcional ao preço, decaindo do direito de propor a respectiva ação no prazo de um ano a contar do registro do título.
 - (C) apenas o abatimento proporcional ao preço, decaindo do direito de propor a respectiva ação no prazo de um ano a contar do registro do título.
 - (D) a resolução do contrato ou abatimento proporcional ao preço, decaindo do direito de propor a respectiva ação no prazo de cinco anos a contar do registro do título.
 - (E) apenas o abatimento proporcional ao preço, decaindo do direito de propor a respectiva ação no prazo de cinco anos a contar do registro do título.

41. Com relação à posse é certo que:
- (A) A posse do imóvel não faz presumir, até prova contrária, a das coisas móveis que nele estiverem, tendo em vista que são posses distintas, com efeitos distintos.
 - (B) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal anula a indireta, de quem aquela foi havida.
 - (C) Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, não poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, devendo estes serem praticados sempre em conjunto.
 - (D) O sucessor universal continua de direito a posse do seu antecessor; mas ao sucessor singular é vedado unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais.
 - (E) Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.



42. Considere as seguintes assertivas a respeito do mútuo:
- I. Em regra, o mútuo feito a pessoa menor, sem prévia autorização daquele sob cuja guarda estiver, não pode ser reavido nem do mutuário, nem de seus fiadores.
 - II. Não se tendo convencionado expressamente, o prazo do mútuo será de sessenta dias, pelo menos, se for de dinheiro.
 - III. O mútuo transfere o domínio da coisa emprestada ao mutuário, por cuja conta correm todos os riscos dela desde a tradição.
 - IV. O mutuante não pode exigir, em nenhuma hipótese, garantia da restituição, tratando-se de risco inerente a este tipo de empréstimo.

De acordo com o Código Civil está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) I e II.
-
43. O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar,
- (A) três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.
 - (B) dez anos depois, à propriedade da União.
 - (C) cinco anos depois, à propriedade do respectivo Estado ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.
 - (D) cinco anos depois, à propriedade da União.
 - (E) dez anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.
-
44. João, advogado e irmão de Leila, para evitar decadência de determinado direito de sua irmã, intenta a competente ação em nome dela sem o respectivo instrumento de mandato. Neste caso, de acordo com o Código de Processo Civil, João
- (A) não poderia ter intentado a demanda sem a competente procuração, devendo a ação ser extinta sem resolução de mérito.
 - (B) se obrigará, independentemente de caução, a exibir o instrumento de mandato no prazo de 15 dias, prorrogável até outros 15, por despacho do juiz.
 - (C) se obrigará, independentemente de caução, a exibir o instrumento de mandato no prazo de 10 dias, prorrogável até outros 10, por despacho do juiz.
 - (D) se obrigará, independentemente de caução, a exibir o instrumento de mandato no prazo improrrogável de 15 dias.
 - (E) se obrigará, mediante caução, a exibir o instrumento de mandato no prazo improrrogável de 10 dias.
-
45. Lucas e Linda se casaram em um sábado de manhã. Passaram o referido sábado e o domingo seguinte em lua de mel no hotel XXX. Na segunda feira, no período da manhã, quando retornaram para a residência onde Lucas reside, souberam que no domingo faleceu o irmão de Linda. No período da tarde, receberam oficiais de justiça com citação em ação de despejo no qual Lucas é réu e com citação em processo de execução de contrato no qual Linda é ré. Neste caso, em regra, os oficiais de justiça
- (A) farão a citação de Lucas e Linda, mas serão obrigados a retornar ao local no prazo improrrogável de cinco dias para a coleta de assinatura destes nos correspondentes mandatos.
 - (B) farão a citação de Lucas e de Linda normalmente não havendo nenhum impedimento legal.
 - (C) não farão a citação apenas de Lucas, por expressa vedação do Código de Processo Civil.
 - (D) não farão a citação apenas de Linda, por expressa vedação do Código de Processo Civil.
 - (E) não farão a citação de Lucas e de Linda, por expressa vedação do Código de Processo Civil.
-
46. Determinado processo foi suspenso porque a sentença de mérito depende da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, que constitua o objeto principal de outro processo pendente. Neste caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o período de suspensão nunca poderá exceder
- (A) um ano. Findo este prazo, o juiz extinguirá liminarmente o processo sem resolução do mérito.
 - (B) seis meses. Findo este prazo, o juiz mandará prosseguir no processo.
 - (C) um ano. Findo este prazo, o juiz mandará prosseguir no processo.
 - (D) seis meses. Findo este prazo, o juiz extinguirá liminarmente o processo sem resolução do mérito.
 - (E) dois anos. Findo este prazo, o juiz extinguirá liminarmente o processo sem resolução do mérito.



47. No tocante ao procedimento Ordinário, considere as seguintes assertivas a respeito das respostas do réu:
- I. Na exceção de incompetência, conclusos os autos, o juiz mandará processar a exceção, ouvindo o excepto dentro de cinco dias.
 - II. Oferecida a reconvenção, o autor reconvinado será intimado, na pessoa do seu procurador, para contestá-la no prazo de 10 dias, sendo que, a desistência da ação obsta ao prosseguimento da reconvenção.
 - III. O direito da parte arguir, por meio de exceção, a incompetência, o impedimento ou a suspeição pode ser exercido em qualquer tempo, ou grau de jurisdição, cabendo à parte oferecer exceção, no prazo de 15 dias, contado do fato que ocasionou a incompetência, o impedimento ou a suspeição.
 - IV. Despachando a petição, se o juiz não reconhecer o impedimento ou a suspeição, dentro de 5 dias, dará as suas razões, acompanhadas de documentos, ordenando a remessa dos autos ao tribunal.

De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) III.
- (B) I.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) I, III e IV.

48. Considere as seguintes assertivas a respeito dos recursos:
- I. O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, sendo que o Ministério Público tem legitimidade para recorrer assim no processo em que é parte, como naqueles em que oficiou como fiscal da lei.
 - II. O recurso adesivo será admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial, não sendo conhecido, se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.
 - III. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.
 - IV. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará o respectivo preparo. A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de quinze dias.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e II.

49. Está correto afirmar que, o controle administrativo
- (A) é exercido por meio de fiscalização hierárquica, apenas.
 - (B) dos atos do Poder Executivo é exercido pelo Poder Legislativo.
 - (C) permite a anulação dos atos administrativos por conveniência e oportunidade.
 - (D) deriva do poder-dever de autotutela que a Administração tem sobre seus próprios atos e agentes.
 - (E) não pode ser exercido pelos Poderes Judiciário e Legislativo.

50. Sobre os poderes administrativos, considere as seguintes afirmações:
- I. A discricionariedade do poder discricionário diz respeito apenas à conveniência, oportunidade e conteúdo do ato administrativo.
 - II. Poder hierárquico é a faculdade de punir as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.
 - III. Por força do poder disciplinar o Chefe do Executivo pode distribuir e escalonar as funções dos seus órgãos, ordenar e rever a atuação dos seus agentes.
 - IV. Poder regulamentar é a faculdade de que dispõem os Chefes de Poder Executivo de explicar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada em lei.
 - V. Quando o Poder Executivo exorbita do seu poder regulamentar pode ter seus atos sustados pelo Congresso Nacional.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e III.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e V.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.



51. NÃO se inclui entre os atos normativos emanados do Poder Executivo:
- (A) os regimentos.
 - (B) os decretos regulamentares.
 - (C) as circulares.
 - (D) as resoluções.
 - (E) as portarias de conteúdo geral.
-
52. De acordo com a Lei nº 8.666/93, nas compras processadas pelo sistema de Registro de Preços, será observada, dentre outras, a seguinte regra:
- (A) Os preços registrados serão publicados anualmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.
 - (B) O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.
 - (C) A seleção será feita mediante concorrência ou tomada de preços, conforme o valor estimado.
 - (D) Validade do registro não superior a dois anos.
 - (E) Para impugnar preço constante do quadro geral em razão da incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado, o impugnante deve ter participado da licitação.
-
53. Sobre a suspensão prevista como penalidade na Lei nº 8.112/90, é correta a afirmação:
- (A) A penalidade de suspensão terá seus registros cancelados, após o decurso de três anos de efetivo exercício se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
 - (B) Será punido com suspensão de até trinta dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
 - (C) Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de vinte e cinco por cento por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
 - (D) A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de noventa dias.
 - (E) O cancelamento dos registros da penalidade, quando cabível, surtirá efeitos retroativos à data da sua aplicação, fazendo jus o servidor ao pagamento da remuneração respectiva, bem como à contagem do tempo de serviço para todos os efeitos.
-
54. Sobre o recurso administrativo previsto na Lei nº 9.784/99, é correto afirmar:
- (A) Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de quinze dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente, prorrogáveis por igual período.
 - (B) Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada encaminhar o recurso à autoridade superior, sem qualquer manifestação.
 - (C) O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
 - (D) Não tem legitimidade para interpor recurso aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.
 - (E) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.
-
55. A aquisição de bens imóveis pela Administração
- (A) não pode ser feita por meio de dação em pagamento.
 - (B) não deve ser objeto de registro imobiliário, se for de uso especial ou dominial (ou dominical).
 - (C) pode ser feita com dispensa de licitação se o bem escolhido for o único que convenha à Administração.
 - (D) deve observar os instrumentos de Direito Público, se for feita contratualmente.
 - (E) não pode ser feita por arrecadação em nenhuma hipótese.
-
56. "A", menor de 18 anos, efetua disparos de arma de fogo contra a vítima que, em virtude dos ferimentos recebidos, vem a falecer um mês depois, quando "A" já havia atingido aquela idade. Nesse caso, "A":
- (A) não será tido como imputável, porque se considera como tempo do crime o momento da ação ou omissão.
 - (B) só será considerado inimputável se provar que, ao tempo do crime, não possuía a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato.
 - (C) será tido como imputável, pois o Código Penal considera como tempo do crime tanto o momento da ação quanto o momento do resultado.
 - (D) não será considerado imputável se provar que cometeu o delito sob estado de necessidade ou em legítima defesa.
 - (E) será considerado imputável, pois a consumação do crime ocorreu quando já era maior de 18 anos.



57. Dentre os casos de extraterritorialidade incondicionada da lei penal, previstos no Código Penal, NÃO se incluem os crimes cometidos:
- (A) contra a fé pública da União.
 - (B) contra o patrimônio de autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
 - (C) contra a administração pública, por quem está a seu serviço.
 - (D) em aeronaves ou embarcações brasileiras.
 - (E) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
-
58. "A", médico, determina à enfermeira que seja ministrado veneno ao paciente, e ela o faz, acreditando tratar-se de medicamento, verificando-se a morte da vítima. Nesse caso há
- (A) cooperação dolosamente distinta.
 - (B) participação sucessiva, em relação à enfermeira.
 - (C) concurso de agentes.
 - (D) autoria imediata, em relação ao médico.
 - (E) autoria mediata, em relação ao médico.
-
59. Sobre a pena de MULTA prevista no Código Penal, é INCORRETO afirmar que
- (A) deve ser paga dentro de 10 (dez) dias depois do trânsito em julgado da sentença.
 - (B) se converte em pena de detenção, quando o condenado solvente deixa de pagá-la ou frustra a sua execução.
 - (C) sua cobrança pode ser efetuada mediante desconto no salário do condenado, quando aplicada isoladamente.
 - (D) sua execução será suspensa se sobrevém ao condenado doença mental.
 - (E) se cobrada mediante desconto no salário, não deve incidir sobre os recursos indispensáveis ao sustento do condenado e de sua família.
-
60. Constitui modalidade privilegiada do crime de moeda falsa:
- (A) falsificar moeda metálica ou papel moeda de curso legal no país de forma grosseira, insuscetível de iludir.
 - (B) autorizar, como gerente de banco, a emissão de papel-moeda em quantidade superior à autorizada, desconhecendo tal circunstância.
 - (C) adquirir moeda falsa e guardá-la, deixando de colocá-la em circulação.
 - (D) desviar e fazer circular moeda, cuja circulação não estava ainda autorizada.
 - (E) receber, de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa, porém restituí-la à circulação, depois de conhecer a falsidade.
-
61. A respeito da determinação da competência por conexão ou continência, considere as alternativas abaixo:
- I. No concurso de jurisdições da mesma categoria, prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade.
 - II. No concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar da infração à qual for cominada a pena menos grave.
 - III. No concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá a comum.
 - IV. No concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de maior graduação.
 - V. No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência deste último.
- Está correto o que consta SOMENTE em
- (A) I e IV.
 - (B) I, II e V.
 - (C) II, III e V.
 - (D) III e IV.
 - (E) IV e V.
-
62. "A" foi denunciado pela prática de furto, tendo a denúncia narrado que ele abordou a vítima e, após desferir-lhe socos e pontapés, subtraiu para si a bolsa que ela carregava. Nesse caso:
- (A) o Juiz não poderá condenar o réu por roubo, por ser a pena desse crime mais grave que a do furto.
 - (B) como o fato foi classificado erroneamente, o Juiz poderá condenar o réu por roubo, devendo, antes, proceder ao seu interrogatório.
 - (C) o Juiz poderá dar aos fatos classificação jurídica diversa, condenando o réu pela prática de roubo.
 - (D) o Juiz poderá dar ao fato classificação jurídica diversa da que constou da denúncia, dando ao Ministério Público e à Defesa oportunidade para se manifestarem e arrolarem testemunhas.
 - (E) o processo será nulo se o Juiz condenar o acusado por roubo, porque violado o princípio da correlação entre a sentença e o pedido.



63. No que diz respeito à sentença, é correto afirmar que
- (A) a sua publicação é obrigatória, exceto nos casos em que foi decretado o sigilo processual.
 - (B) o acusado não pode apelar da sentença absolutória, por falta de interesse de agir.
 - (C) o representante do Ministério Público deve ser intimado da sentença, pessoalmente ou por meio de publicação pela imprensa oficial.
 - (D) poderá ser complementada, sem alteração de conteúdo, por meio de embargos declaratórios.
 - (E) quando o réu não for encontrado, a intimação da sentença será feita por edital, com prazo de 30 dias.

64. Considere:

- I. É possível a prisão em flagrante em crime de ação penal privada, caso em que a queixa-crime deverá ser oferecida no prazo de cinco dias, sob pena de relaxamento da prisão.
- II. Ocorre flagrante impróprio quando o agente é preso, logo depois do crime, em situação que faça presumir ser ele o autor da infração.
- III. Para estar caracterizado o estado de flagrância, exige-se que entre o crime e a prisão de seu autor não tenham transcorrido mais de 24 horas.
- IV. Para a lavratura do auto de prisão em flagrante, será competente, em regra, a autoridade policial do lugar onde foi perpetrado o delito e, não, da circunscrição onde foi efetuada a prisão.

Estão corretas SOMENTE as afirmações

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e III.

65. No que diz respeito à realização de atos processuais por sistema de videoconferência, é INCORRETO afirmar que

- (A) poderão ser realizados, pelo sistema de videoconferência, outros atos processuais que dependam da participação de pessoa que esteja presa.
- (B) excepcionalmente, se necessário para atender a finalidade prevista na Lei, o interrogatório do réu preso poderá ser realizado por sistema de videoconferência.
- (C) o réu preso poderá acompanhar, pelo sistema de videoconferência, a realização dos atos da audiência única de instrução e julgamento prevista no C.P.P.
- (D) se o interrogatório do réu preso não se realizar no estabelecimento em que estiver recolhido, nem pelo sistema de videoconferência, será requisitada a apresentação dele, em juízo.
- (E) antes do interrogatório do réu preso, será permitida a entrevista prévia com o defensor, sendo vedado, porém, o acesso a canais telefônicos para comunicação entre o advogado presente na sala de audiência do Fórum e o preso, por questões de segurança no presídio.

66. No processo de elaboração do planejamento estratégico o desenvolvimento de uma estratégia competitiva é, em essência,

- I. o desenvolvimento de uma fórmula ampla para o modo como a empresa irá competir, quais serão suas metas e quais as políticas necessárias para levar a cabo estas metas.
- II. uma combinação da estrutura de apoio da empresa com os meios pelos quais ela busca alcançar seus objetivos.
- III. o envolvimento de quatro fatores básicos que determinam os limites daquilo que uma empresa pode realizar com sucesso: 1) os pontos fortes e os pontos fracos; 2) os valores pessoais dos executivos implementadores; 3) oportunidades e ameaças; 4) expectativas mais amplas da Sociedade.
- IV. a busca pela vantagem competitiva sustentável, por meio da implementação de estratégias que gerem valor e, ao mesmo tempo, dificultem a reprodução das mesmas por empresas concorrentes.
- V. um conjunto de informações operacionais pertinentes, obtidas a partir da realização de análises dos ambientes interno e externo.

É correto o que consta SOMENTE em

- (A) I, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) III, IV e V.
- (D) IV e V.
- (E) I, II e IV.



67. Missão estratégica

- I. é a declaração operacional do propósito e do alcance únicos da empresa em termos de produto e de mercado.
- II. possibilita as descrições gerais dos produtos da sua concorrência, o que deseja fabricar e os mercados a que atenderá usando suas competências básicas internas.
- III. não é eficaz quando consegue estabelecer a individualidade da empresa.
- IV. flui da intenção estratégica que é a alavancagem dos recursos internos, capacidades e competências essenciais de uma empresa, visando ao cumprimento de suas metas no ambiente competitivo.
- V. e a intenção estratégica juntas geram o discernimento exigido para formular e implementar as estratégias da empresa.

É correto o que consta SOMENTE em

- (A) I e III.
- (B) IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, III e V.

68. O BSC – *Balanced Scorecard*

- I. esclarece e traduz a visão e a estratégia da organização a médio e longo prazos.
- II. utiliza-se para associar os objetivos estratégicos com metas de curto prazo e orçamentos anuais.
- III. em seu processo de construção, esclarece os objetivos estratégicos e identifica um pequeno número de vetores críticos que determinam os objetivos estratégicos.
- IV. na perspectiva dos processos internos, permite que os executivos identifiquem os processos internos críticos nos quais a empresa deve alcançar a excelência.
- V. na perspectiva do cliente, permite que os executivos identifiquem os segmentos de clientes e mercados nos quais a unidade de negócios competirá e suas medidas de desempenho.

É correto o que consta SOMENTE em

- (A) III, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e III.
- (E) II, IV e V.

69. No instrumento para avaliação da Gestão Pública 250 e 500 pontos (MEGP – Modelo de Excelência em Gestão Pública), o fundamento que se refere a atuação voltada para assegurar às pessoas a condição de cidadania com garantia de acesso aos bens e serviços essenciais, e, ao mesmo tempo, tendo também como um dos princípios gerenciais a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais, potencializando a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades, denomina-se

- (A) foco no cidadão e na sociedade.
- (B) liderança e constância de propósito.
- (C) visão de futuro.
- (D) gestão participativa.
- (E) responsabilidade social.

70. No MEGP – Modelo de Excelência em Gestão Pública, em sua representação gráfica, o módulo onde são processados e avaliados os dados e os fatos da organização (internos) e aqueles provenientes do ambiente (externos), que não estão sob seu controle direto, mas, de alguma forma, podem influenciar o seu desempenho, denomina-se

- (A) planos e resultados.
- (B) estratégias e planos.
- (C) pessoas e processos.
- (D) informação e conhecimento.
- (E) resultados e conhecimento.



PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO

Atenção: Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 25 (vinte e cinco) linhas e máximo de 35 (trinta e cinco) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

Escreva sobre a Investigação Judicial Eleitoral indicando, qual a sua finalidade e quais as funções nela exercidas pelo Corregedor-Geral ou pelos Corregedores Regionais Eleitorais.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	